
Congresso nacional camponês: polêmicas agrárias

Dora Vianna Vasconcellos¹

O livro organizado pelo historiador Luiz Flávio de Carvalho Costa, *O congresso nacional camponês: trabalhadores rurais no processo político*, retrata as controvérsias que marcaram o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O evento teve a presença de aproximadamente 7.000 pessoas, entre as quais, 1.600 eram delegados, representando 20 dos 21 estados brasileiros, escolhidos num sem-número de assembleias de locais de trabalho e de residência e em 13 encontros e conferências de âmbito estadual. Além de contar com lavradores e trabalhadores agrícolas, credenciados pelas suas associações e sindicatos, teve como convidados, com direito a voz, delegações de operários urbanos, de estudantes e de mulheres. O congresso foi organizado pela Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e reuniu as Ligas Camponesas, de Francisco Julião, e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) do Rio Grande do Sul. Teve apoio do governo federal e o seu encerramento foi marcado pela presença do presidente João Goulart.

O livro reúne inúmeros documentos oficiais, peças discursivas dos principais protagonistas do evento e reportagens do jornal *Terra Livre*. Dentre os documentos reunidos, estão: o Manifesto de convocação do I

¹ É Doutoranda do CPDA/UFRRJ. E-mail: doravasconcellos@ig.com.br

Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, o Temário, as Moções apresentadas ao Plenário e unanimemente aprovadas, as conclusões e propostas das Comissões, Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária, Tese sobre a Organização dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, elaborada pela Ultab etc. O livro conta ainda com textos de Raimundo Santos, Oswaldo Russo de Azevedo, Francisco Urbano Araújo Filho, presidente da Contag à época da 1ª edição do volume (1994), Lyndolpho Silva, Francisco Julião e do próprio Luiz Flávio de Carvalho Costa.

Para Oswaldo Russo de Azevedo, o livro *O congresso nacional camponês* é uma referência fundamental para o entendimento do que se convencionou chamar “questão agrária”. Ele retrata um ponto explosivo do momento daqueles anos de 1950 e 1960, período de incorporação das grandes massas rurais ao processo político. Até então, o país era marcado pela secular exclusão econômica, social e política do trabalhador do campo. A “questão agrária”, definida pelos protagonistas daqueles conturbados anos, podia ser sintetizada pelo problema do monopólio da terra, pela vinculação da economia nacional ao capital colonizador estrangeiro, pela baixa produtividade da agricultura, pela exploração “semifeudal” do homem do campo e pela ausência de uma legislação trabalhista para o campo. Acrescentavam-se ainda os problemas do alto preço do arrendamento e da parceria, da falta de assistência técnica e financeira ao pequeno agricultor, dos baixos salários dos trabalhadores rurais, das liberdades restritas à organização camponesa, da carestia que vivia a população rural, com pouco acesso aos gêneros agrícolas e industriais, e da falta de direitos relacionados aos posseiros.

Luiz Flávio de Carvalho Costa mostra que os três grandes temas do movimento social rural discutidos no I Congresso Nacional Camponês eram a legislação trabalhista no campo, o reconhecimento sindical e a reforma agrária. Esses temas teriam ganhado uma nova dimensão com o envolvimento do Estado, do PTB, do Master, da Igreja Católica, das Associações de Lavradores e de Sindicatos Rurais no debate da reforma agrária. Até o início dos anos 1960, os principais comprometidos com esse tema eram o PCB e as Ligas Camponesas.

O historiador sugere ainda que teria sido a intensa disputa pela hegemonia no interior do movimento social rural – perceptível pela presença de diferentes atores no I Congresso Nacional Camponês – que levou o Estado, nos anos 1960, a chamar para si a responsabilidade do atrelamento dos sindicatos rurais à máquina pública governamental. Ilustra, com os documentos relativos ao I Congresso Nacional Camponês, que no Temário do Congresso formaram-se várias comissões, mas a que ganhou mais centralidade foi a sobre reforma agrária. Desta comissão, teria saído o principal documento do I Congresso Nacional Camponês, a *Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária*.

O livro organizado por Luiz Flávio de Carvalho Costa mostra que nessa declaração estaria retratada a principal controvérsia daquele período: a discussão sobre qual encaminhamento dar à questão agrária. Para Raimundo Santos, ao defender um sindicalismo camponês, isto é, a tática de fundar sindicatos para envolver a massa camponesa dispersa e mobilizá-la, o PCB assumia uma postura consideravelmente distinta da adotada pelo que

ele chama de partido agrário, do qual Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, era o principal ícone. Esse campo endossaria a tática do movimentalismo agrário como meio de se chegar à “revolução camponesa”.

Assim, os comunistas defendiam, portanto, um agrarismo de medidas parciais de reforma agrária que desse solução às reivindicações mais imediatas dos camponeses e à sua organização. Ele deveria ser adotado, na concepção do PCB, por governos da frente única “nacional e democrática”, com o apoio de forças progressistas. Essa via agrorreformista era um movimento em favor de políticas públicas perduráveis relativas aos grupos rurais (direitos trabalhistas, direito à terra etc). Defendia soluções positivas impulsionadas pela ação política e realizáveis por governos reformistas sob vigência da democracia. Este seria, segundo Raimundo Santos, um agrorreformismo que não reduzia as reivindicações camponesas a uma função meramente agitativa e estéril. A Ultab também defendia a importância de se assegurar a realização das medidas parciais de reforma agrária como meio de dar maior viabilidade ao movimento camponês. A postura defendida por Francisco Julião era a da “revolução camponesa”, isto é, de uma reforma agrária radical e rupturista.

Essa controvérsia a respeito de que curso dar à reforma agrária perpassa todo livro *O congresso nacional camponês*. Ela pode ser vista nas resoluções, manifestos, discursos, declarações, artigos de jornais etc., produzidos sobre o Congresso ocorrido em Belo Horizonte. O livro ilustra a diversidade de opiniões dos ativistas da reforma agrária e expressa também o clima ideológico da época. O trecho do artigo escrito no *Política Operária* demonstra

bem como era entendida a controvérsia a que se fez referência.

Enquanto a Ultab prefere a linha do reformismo, encarando a luta pela reforma agrária como a substituição das relações sociais, fundadas no latifúndio escravista e no imperialismo, pela de relações de caráter francamente capitalista, as Ligas optam pela inclusão dessa luta num movimento revolucionário de caráter geral, cujo objetivo é a implementação do regime socialista. Consequentemente, a Ultab inclina-se a admitir que a reforma agrária possa ser obtida por meio de métodos pacíficos legais, enquanto as Ligas tendem a acreditar que a vitória não poderá excluir uma solução de força (POLÍTICA OPERÁRIA, ano I, n.1, janeiro de 1962: 134).

Entretanto, Francisco Julião, em seu depoimento sobre *A reforma agrária, 32 anos depois*, afirma que, embora as Ligas Camponesas advogassem a necessidade de uma reforma agrária radical, posicionamento que saiu vitorioso no Congresso, não havia uma tentativa de ultrapassar as fronteiras da democracia e da legalidade, consubstanciadas na Carta Magna então vigente. Segundo ele, o que as Ligas queriam era a abolição do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal que previa a desapropriação por interesse social somente mediante prévio pagamento em dinheiro e pelo justo valor da propriedade atingida. Em seu lugar, a Constituição deveria obrigar o Estado a pagar indenizações mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e juros baixos.

Luiz Flávio de Carvalho Costa, citando um artigo de Armênio Guedes, considera que a diferença entre as posturas adotadas pelas Ligas e pelo PCB poderia ser situada no fato de que os companheiros de Francisco Julião achavam que a luta por reivindicações imediatas

dos camponeses era uma medida inoportuna e inócua, que estava em contradição com a luta por reforma radical da propriedade da terra e das relações de produção pré-capitalistas. Os comunistas, ao contrário, viam as medidas parciais de reforma agrária como medidas que dinamizavam a luta de classes no campo. Elas aumentariam a área de atrito entre as forças camponesas democráticas e o latifúndio, elevando a consciência das massas trabalhadoras rurais.

O livro mostra, portanto, que o Congresso foi o ponto mais avançado em favor de uma reforma agrária radical. A partir daquele momento cobrou-se não só maior organização das massas camponesas ou ligas independentes de caráter civil, mas também a transformação destas em sindicatos. O Congresso propiciou a socialização das experiências particulares de luta, traçando diretrizes gerais e dando unidade ao novo movimento camponês.

O organizador do livro, Luiz Flávio de Carvalho Costa, chamou atenção também para o debate que houve no Congresso sobre a importância política da realização das medidas parciais de reforma agrária, como a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, legislação trabalhista adequada ao campo etc., embora a opção pela reforma agrária radical tenha saído vitoriosa no Congresso.

Lindolpho Silva sugere que foi a partir da data do Congresso, realizado em novembro de 1961, que se consolidou o movimento camponês apoiado por amplas forças da sociedade. Esse fato teria levado o presidente João Goulart a lançar a Lei 4.214, em março de 1963, que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo aos trabalhadores do campo direitos já assegurados aos

trabalhadores urbanos, como os sindicais, trabalhistas e previdenciários. As primeiras desapropriações de terra realizadas por João Goulart, no dia 13 de março de 1964, também teriam sido apoiadas na resolução do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esses fatos ilustram a nova etapa do processo democrático brasileiro, iniciado em 1945, quando as novas forças sociais deliberavam e forçavam o governo a levar em conta as reivindicações das grandes massas, momento que foi interrompido severamente com o golpe de 1964.

Desse modo, o livro *O congresso nacional camponês* é um registro histórico de um dos momentos mais explosivos da história brasileira. Demonstra, a partir de documentos, depoimentos e reportagens da época, não só a luta dos camponeses e trabalhadores rurais para a sua incorporação ao processo político, mas a intensa disputa pela hegemonia no interior do movimento social rural. O livro revela o entendimento que tinham os protagonistas do processo político sobre a questão agrária e as controvérsias existentes entre eles sobre os rumos da reforma agrária. A obra pode ser vista também como um registro histórico de como se delineou o atual quadro de confrontos entre agricultura familiar e agronegócio, em que a disputa ocorre segundo uma valorização cada vez maior da democracia política como viabilizadora de uma reforma agrária restrita. Para alguns, essa é a única medida possível diante da arquitetura político-institucional atual pouco favorável a uma política de redistribuição de terras radical.

Para Raimundo Santos, por exemplo, a circunstância daqueles anos 1960 se caracterizava como um “arco de forças nacional-democráticas mobilizadas em busca de

novos rumos para o país mediante reformas de estrutura ou reformas de base, como dizia o governo Jango” (p. 9). O autor parece sugerir que essa situação dava ao agrorreformismo mais possibilidades de realização do que uma postura rupturista. Para o referido autor, a inadequação da proposta rupturista àquela realidade teria ficado clara, com a subsequente suspensão do jogo democrático e das liberdades políticas provocada pelo golpe militar de 1964. A permanência da antiga tradição de agrorreformismo pacífico, mesmo durante a ditadura e no momento atual brasileiro, indicaria, em contrapartida, a adequação dessa corrente à conjuntura daqueles anos 1960.

Encerra-se a resenha com a frase de Francisco Urbano Araújo Filho, presidente da Contag e autor do texto da 4º capa da 1º edição de *O congresso nacional camponês*: “É contando a história que se constitui a motivação da luta, tornando-a perene”.

O Congresso nacional camponês: Trabalhadores rurais no processo político brasileiro Luiz Flávio de Carvalho Costa, organizador. Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda e Editora da Universidade Rural (Edur), 2010, 135p.